

CONTRATO Nº 112/2019 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 020/2019 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 067/2019 – REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO DE FERRAMENTA (APLICATIVO) DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, PARA ACESSO RÁPIDO E FÁCIL DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A GESTÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE RIOLÂNDIA

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOLÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ de nº 45.162.864/0001-48, com sede na Praça Antônio Levino, nº 470, Centro, CEP.: 15.495-000, Riolândia-SP, neste ato representado por **FABIANA BARCELOS FERREIRA**, brasileira, casada, Prefeita Municipal de Riolândia, portadora do RG nº. 5.212.006-3 e CPF nº. 290.660.478-01, residente e domiciliada na Rua 12, nº 991, cidade de Riolândia, Estado de São Paulo, Prefeita Municipal no efetivo exercício do cargo, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado, denominado simplesmente de **CONTRATADO** a empresa **GOVFACILBRASIL TECNOLOGIA E GESTAO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.831.174/0001-50, situada à Rua Inajá, nº. 3.700, Edifício Comercial e Residencial Palladium, Sala 02, na cidade de Umuarama, Estado de Paraná, CEP: 87.501-160, neste ato, representada por sua Sócia Proprietária, a Senhora **ELIANE MICHALCZUK BARZON DA COSTA**, portadora do RG nº 9.419.669-8 SSP/PR e CPF nº 063.934.169-12, resolvem entre si celebrar o presente Contrato para Prestação de Serviços, regido pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de licenças de uso de ferramenta (aplicativo) de tecnologia da informação, para acesso rápido e fácil de informações estratégicas para a gestão pública do Município de Riolândia, conforme especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

2.1. A CONTRATADA se obriga a prestar os serviços, conforme requisitado pela **CONTRATANTE**.

2.2. Fica a **CONTRATADA** responsável por todos os custos diretos e indiretos relativos à prestação dos serviços relativos a este contrato, inclusive despesas com materiais, transportes, fretes, mão-de-obra, remunerações, bem como todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários, ou quaisquer outros custos e encargos decorrentes, ou que venham a ser devidos em razão da avença.

2.3. Fica a **CONTRATADA** obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1. A **CONTRATANTE** se obriga a apresentar a **CONTRATADA** todos os documentos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente contrato de aquisição de produtos, quando solicitado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. Pela prestação dos serviços acertados, a **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** o **valor global de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**. Sendo que o pagamento será efetuado em **04 (quatro) prestações mensais**, no **valor unitário de R\$ 1.250,00 (mil, duzentos e cinquenta reais)**, em até 30 (trinta) dias da apresentação do documento fiscal na Secretaria Municipal de Finanças/Tesouraria, e será efetuado através de depósito bancário na conta específica da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1 - Os recursos orçamentários serão atendidos pelas seguintes verbas, constantes do orçamento vigente assim codificada:

Órgão 02 – Prefeitura

Unidade Orçamentária: 02.02.02 – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO.

Programa: 04.122.0003.2007.0000 – Manutenção do Departamento Administrativo.

Categoria Econômica: 3.3.90.40.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Fonte de Recursos: 01 - Próprios.

CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

6.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração do Município de Riolândia pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, ainda, sujeitará a licitante às penalidades e sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações pelo não cumprimento de quaisquer das exigências contidas na legislação em vigor.

6.2. Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o trigésimo dia, no fornecimento dos produtos/materiais, contado a partir da solicitação de entrega encaminhada pela Administração.

6.3. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento, quando decorridos 30 dias, ou mais, de atraso.

6.4. A multa de que tratam os subitens anteriores, somente poderão ser relevadas, quando os fatos geradores da penalidade decorram de casos fortuitos ou de força maior, que independam da vontade da licitante e quando aceitos, justifiquem o atraso.

6.5. Antes da aplicação das sanções de que tratam os subitens anteriores, será expedida uma notificação para que o fornecedor apresente justificativa, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da mesma, visando assegurar o direito à ampla defesa, disposto no artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal.

6.6. As sanções de que tratam os subitens anteriores poderão ser aplicadas nos casos de descumprimento de prazo, sendo que serão registradas nos sistemas mantidos pela administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1. O presente contrato poderá ser rescindido caso uma das partes não cumpra o estabelecido em qualquer das cláusulas deste instrumento, responsabilizando-se a que deu causa a pagar a multa de 10% (dez por cento) referente ao valor contratado sobre o valor total do contrato, multa essa não compensatória e que será cobrada através de medida judicial cabível a espécie na forma da legislação vigente, além de ficar obrigada, se for o caso, às perdas e danos, lucros cessantes, custas judiciais, honorários advocatícios e demais cominações legais.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO

8.1. O presente contrato terá validade de **12 (doze) meses**.

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1. O presente contrato passa a valer a partir da assinatura pelas partes;

9.2. Todas as despesas e providências resultantes da execução dos serviços objeto do presente contrato, especialmente as obrigações previdenciárias, trabalhistas, fiscais e securitárias, são de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do **CONTRATO**, as partes elegem o foro da comarca de Paulo de Faria, estado de São Paulo.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Riolândia/SP, 18 de julho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL RIOLÂNDIA
Contratante
FABIANA BARCELOS FERREIRA
Prefeita Municipal

GOVFACILBRASIL TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
Contratada
ELIANE MICHALCZUK BARZON DA COSTA
Sócia Proprietária

Testemunhas:

Nome:
RG:

Nome:
RG:

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOLÂNDIA

CONTRATADO: GOVFACILBRASIL TECNOLOGIA E GESTAO LTDA

CONTRATO Nº: 112/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de licenças de uso de ferramenta (aplicativo) de tecnologia da informação, para acesso rápido e fácil de informações estratégicas para a gestão pública do Município de Riolândia, conforme especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência.

Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o art. 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, precedidos de mensagem eletrônica aos interessados.

Riolândia/SP, 18 de julho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL RIOLÂNDIA

Contratante

FABIANA BARCELOS FERREIRA

Prefeita Municipal

GOVFACILBRASIL TECNOLOGIA E GESTAO LTDA

Contratada

ELIANE MICHALCZUK BARZON DA COSTA

Sócia Proprietária